

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Sul América Seguro Saúde S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2011, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. A economia brasileira em 2011 teve seu comportamento influenciado em parte pela volatilidade que caracterizou o ambiente externo, com o desempenho de alguns setores sendo negativamente afetados. O Produto Interno Bruto (PIB), após forte recuperação em 2010, quando alcançou crescimento de 7,5%, perdeu fôlego ao longo do ano, e encerrou 2011 com aumento de apenas 2,8%, de acordo com estimativas recentes. Apesar do menor ritmo de crescimento, a ociosidade permaneceu reduzida, permitindo que o mercado de trabalho seguisse registrando as menores taxas de desemprego na série recente, encerrando o ano em 6,0%. Isto, contudo, manteve a inflação sob pressão, também motivada pelo aumento dos preços das commodities ao final de 2010 e início de 2011. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou 2011 com alta de 6,5%, alcançando o teto da meta do governo. O Banco Central do Brasil iniciou o ano realizando aperto monetário gradual para conter pressões inflacionárias e elevou a taxa Selic de 10,75% em janeiro para 12,50% em julho de 2011. No curso do exercício, com o objetivo de combater efeitos recessivos sobre a atividade econômica doméstica e devido ao agravamento da crise internacional, o Banco Central do Brasil flexibilizou a política monetária a partir de agosto, com sucessivos cortes na taxa SELIC, que encerrou 2011 em 11,0%. O dólar encerrou 2011 cotado a R\$1,8669 para venda, com desvalorização de 12,4% em relação ao fechamento de 2010. Para 2012, estimativas divulgadas pelo Banco Central do Brasil para o PIB apontam para um crescimento de cerca de 3,3%, com a inflação devendo situar-se no entorno de 5,3%. A Companhia é uma empresa especializada em saúde com atuação no segmento de seguros grupais. De acordo com informações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no acumulado do ano até setembro de 2011, a receita de contraprestações das operadoras de planos privados de saúde totalizou R\$61,4 bilhões, apresentando um crescimento de 13,9% em relação a 2010. O número total de beneficiários atingiu 47,4 milhões. No exercício findo em 31.12.2011, os Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde da Companhia totalizaram R\$4,3 bilhões, com aumento de 22,1%. Os Sinistros Indenizáveis Líquidos somaram R\$3,4 bilhões, representando 78,0% dos prêmios ganhos. As Despesas Administrativas, incluídas as despesas com tributos, totalizaram R\$276,5 milhões e corresponderam a 6,4% dos prêmios ganhos. A Companhia apresentou Lucro Líquido de R\$222,9 milhões e o Patrimônio Líquido atingiu R\$1,2 bilhão, com incremento de 17,1% sobre o ano anterior. Em 31.12.2011, os investimentos da Companhia eram compostos por: Sul América Serviços de Saúde S.A. no montante R\$77,6 milhões, Sul América Santa Cruz Participações S.A. no montante de R\$272,6 milhões, Brasilsaúde Companhia de Seguros no montante de R\$51,5 milhões e Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. no montante de R\$61,8 milhões.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2011	2010	PASSIVO	Notas	2011	2010
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
DISPONÍVEL	-	1.516.745	1.171.784	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	692.261	532.837
REALIZÁVEL	-	14.308	4.788	Provisão de Benefícios Concedidos	-	6.189	4.634
Aplicações	6	1.502.437	1.166.996	Provisão de Sinistros a Liquidar	-	417.872	159.845
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	-	151.867	53.637	Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	-	268.200	368.358
Prêmios a Receber	7.1	45.338	51.701	Debitos de Operações de Assistência à Saúde	-	126.832	20.395
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7.2	106.529	1.936	Comercialização sobre Operações	-	8.965	9.212
Despesas de Comercialização Diferidas	8	59.617	41.210	Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	-	99.642	-
Títulos e Créditos a Receber	9	26.643	26.089	Contraprestação de Co-responsabilidade	-	-	-
Outros Valores e Bens	-	1.268	415	Transferida	15.1	99.642	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Outros Debitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	-	18.225	11.183
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	1.067.790	851.527	Tributos e Contribuições a Recolher	-	22.362	20.392
Aplicações	6	578.745	442.717	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	-	363	-
Títulos e Créditos a Receber	9	1.031	1.031	Provisões	20	38.021	17.692
Ativo Fiscal Diferido	10	32.130	24.598	Debitos Diversos	21	161.811	120.289
Despesas de Comercialização Diferidas	8	84.418	62.199	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	351.284	293.832
Valores e Bens	18	370.255	283.798	Exigível a Longo Prazo	-	351.284	293.832
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	-	3.251	1.716	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	17.612	10.998
INVESTIMENTOS	-	463.549	381.519	Tributos e Contribuições a Recolher	18	245.718	215.772
Participações Societárias - Investimentos no País	12	463.509	381.475	Tributos e Contribuições a Recolher - Parcelamento	19	540	1.567
Outros Investimentos	-	40	44	Provisões	20	75.822	58.609
IMOBILIZADO	-	10.828	15.531	Debitos Diversos	21	11.592	6.886
Bens Móveis - Não Hospitalares/ Não Odontológicos	-	7.927	11.635	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	1.191.601	1.017.874
Outras Imobilizações - Não Hospitalares/ Não Odontológicos	-	2.901	3.896	Capital Social	22.1	600.000	442.807
INTANGÍVEL	-	14.668	11.760	Reservas	-	584.877	573.454
TOTAL DO ATIVO		2.584.535	2.023.311	Reservas de Capital	-	(6.923)	(6.923)
COMPENSAÇÃO - ATIVO		215.939	124.463	Reservas de Lucros	-	591.800	580.377
				Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	6.724	1.613
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.584.535	2.023.311
				COMPENSAÇÃO - PASSIVO		215.939	124.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Incentivos Fiscais	Total das Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 01.01.2010	380.446	-	39.775	444.607	4.827	489.209	159	-	869.814
Aumento de Capital conforme AGE de 31.03.2010	62.361	-	-	(62.361)	-	-	-	-	-
Ágio em Transações de Capital	-	(6.923)	-	-	-	-	-	-	(6.923)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	1.454	-	1.454
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	201.350	201.350	201.350
Proposta da destinação do lucro:									
Reserva Legal	-	-	10.068	-	-	10.068	-	(10.068)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	143.461	-	143.461	-	(143.461)	-
Dividendos Propostos - R\$3,3056 por ação	-	-	-	-	-	-	-	(47.821)	(47.821)
SALDOS EM 31.12.2010	442.807	(6.923)	49.843	525.707	4.827	580.377	1.613	-	1.017.874
Outros	-	-	-	(1.372)	-	(1.372)	-	-	(1.372)
Aumento de Capital conforme AGE de 31.03.2011	157.193	-	(49.843)	(102.523)	(4.827)	(157.193)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	5.111	-	5.111
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	222.935	222.935	222.935
Proposta da destinação do lucro:									
Reserva Legal	-	-	11.147	-	-	11.147	-	(11.147)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	158.841	-	158.841	-	(158.841)	-
Dividendos Propostos - R\$3,6320 por ação	-	-	-	-	-	-	-	(52.947)	(52.947)
SALDOS EM 31.12.2011	600.000	(6.923)	11.147	580.653	4.827	591.800	6.724	-	1.191.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL: A SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde e tem como controladora direta a Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada "CIA SAÚDE", com 100% de participação, e como controladora indireta final a Sul América S.A., denominada "SASA". Nestas demonstrações financeiras, denominamos de "SulAmérica" o conjunto de empresas controlado pela SASA, o qual a Companhia faz parte. (1.1) AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO - BRASILSAÚDE: Em 08.07.2010, a Companhia adquiriu da BB Seguros e Participações S.A. a participação de 49,92% no capital social da Brasilsaúde Companhia de Seguros, denominada "BRASILSAÚDE", que opera nas modalidades de saúde grupal e individual, pelo montante de R\$29.158, com ágio de R\$6.923. Em 27.10.2010 foi realizado um aumento no Capital Social da BRASILSAÚDE no montante de R\$ 30.000, com a consequente emissão de 47.415.836 ações ordinárias, subscritas e integralizadas pela CIA SAÚDE. Na mesma data, foi realizado o grupamento das ações da BRASILSAÚDE à razão de 25.000 para 1 ação ordinária. Atualmente, a SAÚDE tem participação de 59,04% no Capital Social da BRASILSAÚDE. (2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: (2.1) BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS, e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e dessa forma, não podemos considerá-las como tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As presentes demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31.12.2011 e 2010 incorporam as alterações introduzidas pela Instrução Normativa ANS DIOPE nº 46, de 25.02.2011, que instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das operadoras de planos de saúde a partir de 01.01.2011. A principal alteração foi a criação de uma rubrica específica para os créditos tributários diferidos no balanço patrimonial, em consonância com o CPC, que para fins de comparação, a Companhia reclassificou em 31.12.2010 o valor de R\$69.375 da rubrica "Títulos e Créditos a Receber" para "Ativo Fiscal Diferido" no ativo não circulante. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente em relação às presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27.02.2012. (2.2) BASE DE MENSURAÇÃO: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais por valor justo: • Os instrumentos financeiros derivativos (vide nota 5); • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Os ativos financeiros disponíveis para venda (vide nota 6); • O passivo atuarial de benefícios de renda vitalícia e de indenização para executivos é apurado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada (vide nota 24); (2.3) MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. (3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. (3.1) RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: (3.1.1) APURAÇÃO DO RESULTADO: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Os prêmios de seguros são reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas como Prêmios Retidos; • Os custos de angariação são diferidos e registrados na rubrica "Despesas de Comercialização Diferidas" e amortizados no resultado pelo prazo médio da permanência dos segurados em carteira, considerando-se a vigência das apólices e o prazo de cobertura à qual a despesa de comercialização se refere, e a expectativa de cancelamento ou não-renovação das apólices. Os custos de angariação que serão amortizados até os próximos 12 meses são classificadas no ativo circulante, e os que serão amortizados após os próximos 12 meses, são classificadas no ativo não circulante; A partir de 01.01.2011, os custos diretamente re-

acionados ao processo de angariação de contratos de seguros passaram a ser diferidos pelo prazo médio estimado de permanência dos clientes em carteira. O valor líquido das receitas e despesas que anteriormente eram apropriadas ao resultado do exercício em que eram incorridos passou a ser diferido e essa mudança de estimativa, cujo valor em 2011 foi de R\$5.176, foi registrada conforme o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, e não tem impacto de forma retrospectiva; • Os sinistros são refletidos nos resultados com base na metodologia conhecida como IBNR (*Incurred But Not Paid*) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência. Os sinistros incluem as despesas estimadas a incorrer, tanto aquelas diretamente alocáveis aos sinistros considerados individualmente (*Allocated Loss Adjustment Expense - ALAE*), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros, mas não diretamente alocáveis (*Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE*). (3.1.2) BALANÇO PATRIMONIAL: • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. (3.2) INSTRUMENTOS FINANCEIROS: (3.2.1) Classificação e Mensuração: Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: (a) Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos (vide nota 4.4.2.1 (d)) e de acordo com a gestão de riscos documentada. Trata-se do "fair value option". (b) Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda: Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. (c) Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento: Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. (d) Empréstimos e recebíveis: Os Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. (3.2.2) Instrumentos financeiros derivativos: São classificadas no ativo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por contratos futuros mantidos na carteira de investimentos ou nos fundos de investimento exclusivos, utilizados para administrar a exposição em relação à flutuação das taxas de juros, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações efetivas reconhecidas diretamente no resultado (vide nota 5.1). (3.3) INVESTIMENTOS: Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com o aspecto de que as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. (3.4) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (*IMPAIRMENT*): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Seu ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Um ativo apresenta perda ao seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou pro-

Resultado do Exercício e Proposta para sua Destinação:

R\$ milhões	2011	2010
Lucro antes das participações dos funcionários	236,8	216,7
Participações no resultado	(13,9)	(15,4)
Lucro antes das participações estatutárias	222,9	201,4
Constituição da reserva legal (5%)	(11,1)	(10,1)
Lucro líquido ajustado (Artigo 202 - Leis 6.404/76, 10.303/01 e 11.638/07)	211,8	191,3
Dividendos obrigatórios	52,9	47,8
Dividendos propostos	52,9	47,8

Destinação:
Constituição de reserva estatutária 158,9 143,5
A distribuição do resultado demonstrada no quadro acima foi refletida nas demonstrações financeiras, no pressuposto da sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas. A Companhia, no que se refere à avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários, conforme determina a legislação securitária vigente, observa a política de análise e gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguro. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS, e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, o que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e dessa forma, não podemos considerá-las como tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia é parte em acordo de acionistas celebrado em 10.05.2002 por seus controladores e o ING Insurance International B.V., regulando, entre outros, a política de governança corporativa da Companhia, as condições para alienação de suas ações de emissão, o direito de preferência para a sua aquisição e o exercício do direito de voto dos acionistas.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2012.

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Notas	2011	2010
Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		4.301.090	3.523.737
Prêmios Retidos	23.1	4.349.741	3.545.989
Varição das Provisões Técnicas	-	(3.613)	19.692
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	-	(45.038)	(41.944)
Sinistros Indenizáveis Líquidos		(3.356.862)	(2.676.354)
Sinistros Conhecidos ou Avisados	-	(3.917.585)	(2.626.693)
Recuperação de Sinistros Conhecidos ou Avisados	-	461.071	7.094
Varição da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	-	99.652	(56.755)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		944.228	847.383
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac.	-	-	-
Com Planos de Saúde da Operadora	-	-	(5)
RESULTADO BRUTO		944.228	847.378
Despesas de Comercialização	23.2	(369.126)	(309.279)
Despesas Administrativas	23.3	(276.543)	(257.623)
Outras Receitas Operacionais	-	391	1.147
Outras Despesas Operacionais		23,4	(124.557)
Provisão para Perdas sobre Créditos	-	(25.584)	(5.240)
Provisão para Contingências - Operacional	-	(18.590)	(18.777)
Outras	-	(80.383)	(68.750)
Resultado Financeiro Líquido		23,5	165,739
Receitas Financeiras	23,6	207,086	133,055
Despesas Financeiras	23,7	(41,347)	(21,833)
Resultado Patrimonial		12	24,295
Receitas Patrimoniais	-	33,642	36,269
Despesas Patrimoniais	-	(9,347)	(4,855)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		364,427	331,492
Imposto de Renda	23,8	(80,376)	(69,004)
Contribuição Social	23,8	(55,038)	(39,403)
Impostos Diferidos	23,8	7,854	(6,364)
Participações no Resultado	-	(13,932)	(15,371)
RESULTADO LÍQUIDO		222,935	201,350
QUANTIDADE DE AÇÕES		14.466.477	14.466.477
RESULTADO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES		15,41	13,92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	222.935	201.350
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	5.111	1.454
Ganhos Não Realizados com Ativos Financeiros	-	-
Disponíveis para Venda	8.128	

atualizada monetariamente nos casos de seguros indexados. • A PSL é constituída pelo valor das faturas dos prestadores de serviços, adicionada das ALAE, calculada com base nos avisos de sinistros recebidos; • Adicionalmente à PSL, a Companhia provisiona as despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente, denominadas "ULAE"; • A ULAE é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da PSL, deduzindo-se da estimativa o montante correspondente aos gastos já incorridos na atividade de regulação de sinistros. (b) **PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - DISPUTA JUDICIAL:** As provisões de sinistros a liquidar em disputa judicial são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais, e ainda, com base em fatores específicos obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuados no período de 60 meses nos casos encerrados, calculados levando-se em consideração a natureza dos processos judiciais, a respectiva probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e o probabilidade de ramo de seguro envolvido, quando aplicável. Estes fatores foram calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos encerrados por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões são atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por juros de 0,78% a mês. As provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar", no passivo circulante e em "Provisões Técnicas de Operação de Assistência a Saúde" no passivo não circulante, juntamente com os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros. Os correspondentes depósitos judiciais são contabilizados na rubrica "Valores e Bens" no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. (c) **PROVISÃO DE SINISTROS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS (IBNR):** A IBNR (*Incurred But Not Reported*) é constituída com base no IBNP subtraído da PSL. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionado das despesas de regulação diretamente relacionadas ao sinistro (ALAE), para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. O desenvolvimento histórico observado é de 36 meses. A IBNR é apurada considerando tanto as despesas diretamente alocáveis aos sinistros (ALAE), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros, mas não diretamente alocáveis (ULAE). A ULAE da IBNR é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da IBNR. (d) **PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC):** A PMBC corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. A PMBC é constituída para garantir dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato, de até 5 anos, em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários descontada para a database das demonstrações financeiras. (3.7) **PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS:** • As provisões para as ações judiciais de natureza cível, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo IPCA e por juros de 0,78% ao mês. As provisões para as ações judiciais de natureza trabalhista são atualizadas mensalmente pela TR e por juros de 0,78% ao mês. Tanto as provisões para as contestações de natureza cível, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, quanto as de natureza trabalhista são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais e com base em percentuais específicos, obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuados no período de 60 meses para os casos encerrados, calculados levando-se em consideração a natureza dos processos judiciais, a respectiva probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e o probabilidade de ramo de seguro envolvido, quando aplicável. Esses fatores foram calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos encerrados por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões para ações judiciais estão contabilizadas na rubrica "Provisões", no passivo circulante e não circulante, e consideram os valores atuais das mencionadas ações. Os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, e trabalhistas estão contabilizados nas rubricas "Provisões", no passivo circulante e "Débitos Diversos" no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Valores e Bens", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis, e TR e juros de 12% ao ano para os depósitos judiciais trabalhistas, conforme legislação vigente; • As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes a questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados nas rubricas "Tributos e Contribuições a Recolher" no passivo não circulante e "Provisões" no passivo circulante e não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Valores e Bens", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente. (3.8) **BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO:** Os benefícios mantidos pela Companhia compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e o Benefício de Renda Vitalícia. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o método da Unidade de Crédito Projetada e de Rendas Missas atuariais. Os ganhos e/ou perdas atuariais do Benefício de Renda Vitalícia estão sendo amortizados pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano e o valor do reconhecimento dos ganhos ou das perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceder o maior entre 10% do valor presente da obrigação atuarial e 10% do valor justo dos ativos do plano. (3.9) **PAGAMENTO COM BASE EM AÇÕES:** A Companhia remunera administradores com ações da SASA e o plano é precificado com base no modelo *Black-Scholes* para as opções simples dos programas até 2010 e no modelo binomial para as opções simples e bonificadas do programa de 2011. O valor justo do Plano é reconhecido pela Companhia na data de outorga, na rubrica "Despesas Administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Débitos Diversos" no passivo circulante. Periodicamente a Companhia reembolsa à SASA pela remuneração em ações, feitas à seus administradores. (Vide nota 16.2). (3.10) **DIVIDENDOS:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração são refletidos em sub-contas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. (3.11) **USO DE ESTIMATIVAS:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de deferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais, ao valor do desembolso provável refletido na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Ativo Fiscal Diferido (vide nota 10); • Ações Normais (vide nota 18.3); • Benefícios Pós-Emprego (vide nota 24). (3.12) **NORMAS EMITIDAS E AINDA NÃO ADOTADAS:** Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS, emitidas pelo IASB, ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2011. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS citados a seguir, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada destas normas pela Companhia está condicionada a aprovação prévia pela ANS. São as normas: (3.12.1) **NORMAS REVISADAS:** (a) IAS 1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (*PRESENTATION OF FINANCIAL STATEMENTS*): Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que tem o objetivo de reformular a apresentação de "Outros Resultados Abrangentes". Essa revisão passará a vigorar em 01.07.2012. (b) IAS 12 – IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS (*INCOME TAXES*): A alteração limitada no escopo do IAS 12, que teve início no projeto de convergência com o USGAAP, visa resolver problemas práticos desta norma sem alterar sua orientação fundamental ou a divergência em relação ao USGAAP. Essa norma passará a vigorar em 01.01.2012. (c) IAS 19 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS (*EMPLOYEE BENEFITS*): Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que foca basicamente em benefício pós-emprego. Essa revisão passará a vigorar em 01.01.2013. (d) IAS 28 – INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (*INVESTMENTS IN ASSOCIATES*): Em maio de 2011, houve mais uma revisão desta norma para alinhamento a nova norma IFRS 11. Essa revisão passará a vigorar em 01.01.2013. (3.12.2) **NOVAS NORMAS:** (a) IFRS 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS (*FINANCIAL INSTRUMENTS*): Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e mensuração de passivos financeiros, foi emitida pelo IASB e a data de implementação obrigatória foi fixada para vigorar em 01.01.2013, no entanto, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4 e aos projetos de *impairment* e *hedge accounting* (incluindo *macro hedging*), que colocam em dúvida se esta data é apropriada, o comitê do IASB deverá adiar a data de implantação obrigatória para 01.01.2015. (b) IFRS 11 – ACORDOS CONJUNTOS (*JOINT ARRANGEMENTS*): Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o princípio de que uma das partes em

um acordo conjunto determina o tipo de arranjo conjunto em que está envolvida, avaliando os seus direitos e obrigações e contas por esses direitos e obrigações de acordo com esse tipo de arranjo comum, sendo que um arranjo comum é definido quando duas ou mais partes possuem o controle em conjunto. Essa norma passará a vigorar em 01.01.2013. (c) IFRS 12 – DIVULGAÇÃO DE INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES (*DISCLOSURE OF INTERESTS IN OTHER ENTITIES*): Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de exigir divulgação que permita aos usuários de demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados, seus interesses em outras entidades, os efeitos desses interesses em sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Este IFRS é obrigatório para uma entidade que tem interesse em subsidiárias, acordos conjuntos (operações conjuntas ou *joint ventures*), associados e entidades estruturadas não consolidadas. Essa norma passará a vigorar em 01.01.2013. (d) IFRS 13 – MENSURAÇÃO A VALOR PRESENTE (*FAIR VALUE MEASUREMENT*): Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de definir "valor justo" em um IFRS específico onde divulgações sobre o valor justo são requeridas, de forma especializada. Essa norma passará a vigorar em 01.01.2013. Exceto quanto a IFRS 9, cujo impacto ainda está sendo avaliado pela Administração, a Companhia analisou as novas normas e revisões e julga que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras na adoção das normas acima mencionadas. (4) **GESTÃO DE RISCOS:** A Gestão de Riscos corporativos se concentra em cinco aspectos principais: • Controlar o impacto dos eventos negativos; • Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos; • Buscar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor para o acionista; • Alinhar o apetite de risco da organização com as estratégias adotadas; • Prover melhorias de alocação de capital. Para definir as estratégias da Gestão Corporativa de Riscos, foi constituído o Comitê de Riscos Corporativos (CoR) formado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente de Controle e Relação com Investidores, Diretor de Riscos e Atuária e Vice-Presidentes das Unidades de Negócios. O CoR é um fórum colegiado, com visão integrada dos riscos a que a SulAmérica está sujeita, bem como da interdependência entre as várias categorias de riscos. O CoR tem as seguintes atribuições: • Aprovar as políticas de gerenciamento de riscos; • Alinhar o apetite de risco com a estratégia da organização; • Suportar a gestão estratégica de riscos da organização para melhor alocação do capital; • Reportar ao Conselho de Administração, na função de supervisão, o tratamento dos riscos relevantes; • Aprovar os níveis de retenção de risco por ramo de seguro e mudanças significativas nas políticas de subscrição, além dos contratos de resseguro. (4.1) **ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES PELA GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS:** O Conselho de Administração executa a importante atividade de supervisão do Gerenciamento de Riscos da Organização, mantendo-se ciente e de acordo com os níveis de tolerância a riscos definido pelo CoR. O CoR tem a responsabilidade de periodicamente, rever as estratégias globais dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para esses riscos (tolerância a riscos). Os direcionamentos estabelecidos são aplicados em cada unidade de negócio (*Business Unit – BU*), que deverão apoiar a filosofia da gestão de riscos, administrando os dentro de suas esferas de responsabilidades. Esse apoio possibilitará que os demais níveis gerenciais conheçam e utilizem essa tolerância aos riscos de acordo com as políticas e normas estabelecidas. A Companhia opera no ramo de Saúde Grupal e é o seu campo de atuação na gestão do risco corporativo por BU. (4.2) **SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS:** A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, tem levado em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). O Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos é baseado nesta metodologia, que concebe o Sistema de Controles Internos como resultado de ações estruturadas, segundo oito componentes que, inter-relacionados constituem a base para uma estrutura integrada de riscos (ERM – *Enterprise Risk Management*). O ERM pode ser percebido sob duas formas: para satisfazer as necessidades de controles internos e como um sistema completo, abrangente e integrado de gerenciamento de riscos. Os componentes constituintes da base para a estrutura integrada de riscos estão definidos a seguir: • **O Ambiente Interno:** Nível de conscientização e cultura de uma organização a respeito da necessidade do gerenciamento de riscos e controles. É a base para todos os outros componentes do gerenciamento de riscos corporativos, propiciando o método pelo qual os riscos são identificados e abordados por seus colaboradores, organizando a integridade e os valores éticos, as práticas de conduta, estrutura organizacional, aspectos de governança, atribuição de responsabilidades e políticas de recursos humanos. Reflete as atitudes da administração, cuidados e ações relacionadas à estabilidade e à boa execução dos processos organizacionais. • **Definição de Objetivos:** O processo que define as estratégias deve permitir que estes se deem de forma integrada à missão e à visão da SulAmérica, a partir do estabelecimento de objetivos ajustados ao apetite de risco, o que direciona os níveis de tolerância aos riscos. • **Identificação de Eventos:** Os eventos externos e internos que possam afetar o cumprimento dos objetivos devem ser identificados como riscos ou oportunidades. • **Avaliação dos Riscos:** A avaliação dos riscos relevantes se dá sob duas perspectivas: quantitativa e/ou qualitativa. No enfoque quantitativo, são utilizados modelos para avaliação das eventuais perdas esperadas e inesperadas. Pelo enfoque qualitativo, os riscos são avaliados com base no evento e na probabilidade para indicar o grau de exposição ao risco para o alcance dos objetivos. • **Resposta ao Risco:** No processo de gestão de riscos devem ser identificadas e avaliadas as opções de respostas ao risco (evitar, aceitar, mitigar, compartilhar ou transferir) implementando ações para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite de risco, mantendo-os em níveis aceitáveis. • **Atividades de Controle:** Políticas e procedimentos internos devem ser definidos e implementados pela Alta Administração, para ajudar e garantir que as respostas aos riscos foram corretamente realizadas, de forma que os objetivos estratégicos e operacionais sejam alcançados. A avaliação do melhor tipo de controle deve pressupor os volumes envolvidos, a relevância, a complexidade das operações, o risco analisado e as prioridades estratégicas definidas. • **Informação e Comunicação:** A Comunicação deve ser eficaz, ocorrendo de forma que todas as atividades possam ser abrangidas. As informações relevantes devem ser identificadas, coletadas na forma e nos prazos necessários para que todos executem suas tarefas corretas e tempestivamente. Os riscos e não conformidades devem ser reportados adequadamente para formulação de planos de ação. • **Monitoramento:** A gestão de riscos corporativos deve ser monitorada através de atividades gerenciais contínuas e os pontos identificados de não conformidade comunicados à Alta Administração. (4.3) **CONCENTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES:** A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos abaixo concentradas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios de seguro por unidade da federação.

UF	Representatividade	
	2011	2010
SP.....	74,0%	72,6%
RJ.....	9,6%	11,0%
BA.....	3,5%	3,9%
PE.....	3,3%	3,5%
PR.....	1,9%	1,9%
DF.....	1,7%	1,8%
RS.....	1,3%	1,1%
Outros.....	4,7%	4,2%

(4.4) **DESCRIÇÃO E GESTÃO DOS RISCOS NAS OPERAÇÕES:** O Gerenciamento de Riscos Corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Crédito, Mercado, Subscrição, Operacional, Estratégico e Legal e *Compliance*. (4.4.1) **RISCO DE CRÉDITO:** É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumprilos nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguro e dos créditos detidos juntos as instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, e ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas. (4.4.1.1) **Aplicações Financeiras:** (a) **Política de Investimentos:** No gerenciamento do risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um Comitê de Crédito (CoC). Estes limites são refletidos em Mandatos de Investimento, documento que formaliza a delegação de alçadas aos gestores. O cumprimento dos mandatos é monitorado pela área financeira. Resumidamente, os limites para exposição de crédito não restringem alocações em títulos públicos federais, mas não permitem investimentos em títulos públicos estaduais e municipais. Em relação a emissões de empresas financeiras, não-financeiras ou análise de fundos de investimentos, é adotada uma metodologia baseada no qual de aspectos quantitativos e qualitativos das empresas e fundos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "Score" ("rating" interno). Com base no "Score" obtido, é estabelecido um limite de crédito. Esse limite será utilizada para restringir a exposição máxima a títulos de emissão de determinada empresa não-financeira ou financeira. Os limites de exposição são monitorados e avaliados de forma consolidada, regularmente pela empresa gestora dos investimentos (vide nota 4.4.2.1) e pela área financeira. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos que não esteja prevista nos Mandatos de Investimentos deve ser aprovada pelo CoC. Os gráficos a seguir apresentam a distribuição dos investimentos por *rating*, onde 95,9% do total de aplicações financeiras em 31.12.2011 (98,7% em 2010) estão alocados nas classes AAA ou risco soberano (títulos públicos).



(4.4.1.2) **Operações de Seguro:** Com relação ao risco de não recebimento dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações, orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. São estabelecidos limites de alçadas para a aceitação dos riscos que contemplam também a análise do histórico de crédito do segurado e a exposição ao risco em cada operação. A gestão do risco de crédito também leva em consideração, no

monitoramento da inadimplência, o acompanhamento da redução ao valor recuperável (*impairment*) dos prêmios a receber. (4.4.1.3) **Operações de Resseguro:** Para fins de contratação de resseguro é observado o risco de crédito sob os seguintes aspectos: cessão máxima, exposição total ao risco de crédito do ressegurador, limite de cessão por *rating* e limite de crédito por ressegurador. A aceitação de qualquer contrato de resseguro segue as normas internas definidas pelo CoR. A aprovação do contrato deve ser feita pelo CoR e qualquer exceção a política ao que se refere a riscos de crédito, deverá ser tratada como uma solicitação especial a ser enviada para a análise do Comitê ou a quem esse Comitê delegar a autoridade da decisão. Para o acompanhamento do risco de crédito de resseguro, mensalmente é divulgado para o CoR uma listagem indicando a exposição de risco de crédito dos resseguradores que já estejam operando e a exposição adicional que poderá ser colocada, conforme definido nas normas para colocação de resseguro. O CoR pode solicitar a qualquer momento mudanças estratégicas na exposição ao risco de crédito em consequência da análise destes relatórios. Em 2011, a exposição total a risco de crédito de operações de resseguro totalizou aproximadamente R\$114.629 (R\$26.855 em 2010) concentrada em uma operação com uma grande empresa automobilística, iniciada no final de 2010, cujo resseguro é feito com uma multinacional, com *rating* AA-. (4.4.2) **RISCO DE MERCADO:** É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, *commodities*, etc.), causada por fatores adversos. Mais especificamente, o risco de mercado nos investimentos pode ser entendido como: risco na taxa de juros, risco de liquidez, risco em câmbio, risco de derivativos, risco em ações e risco de inflação. As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado: • processo de gerenciamento de ativos e passivos - *ALM (Assets and Liabilities Management)* monitorado regularmente pelo ALCO (*Assets and Liabilities Committee*); • elaboração de Mandatos de Investimentos estabelecidos onde são considerados os seguintes aspectos: perfil dos negócios, estudos atuariais e aspectos de liquidez; • instrumentos derivativos para diminuir os impactos da taxa de juros; • limites máximos de *Value at Risk* e análises de cenários alternativos conhecidos como "stress testing"; • análises de fluxo de caixa projetado e revisão das obrigações assumidas e instrumentos financeiros utilizados para mitigação e monitoramento do risco de liquidez; • análises e monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras. (4.4.2.1) **O Processo de Gerenciamento de Ativos e Passivos na Organização (ALM):** A gestão dos investimentos é, substancialmente, feita através da SulAmérica Investimentos DTVM S.A. (SAMI). Apresenta 0,97% (0,29% em 2010) do total da carteira de investimentos não é gerenciada pela SAMI. Desde 2003, o ALM é utilizado pela Companhia como uma das principais ferramentas para determinar os parâmetros das alocações de seus investimentos. O ALCO foi formado para a discussão do assunto. Desde então, de acordo com as diretrizes definidas pelo Comitê, e segundo as políticas descritas em Mandatos de Investimentos (atualizados periodicamente), os administradores de recursos alocam os ativos financeiros em investimentos adequados ao comportamento dos passivos. Estes Mandatos de Investimentos refletem pontos importantes para a gestão adequada dos recursos, tal como a política de investimentos, composição das carteiras por ativo, limites para cada carteira, legislação, descrição dos produtos e dos passivos, dentre outros aspectos. De uma forma geral, a política de investimentos tem como objetivo estabelecer um grau de alinhamento entre um mínimo de liquidez necessária para Companhia e diretrizes de investimentos que otimizem a rentabilidade dos ativos, levando em consideração as características dos passivos de cada um dos negócios. Desta forma, os limites e *benchmarks* estabelecidos visam minimizar os riscos financeiros de descalçamento entre ativos e passivos envolvidos no processo de investimentos dos recursos, bem como tornar eficiente a alocação dos ativos. Para que a gestão dos ativos seja eficiente, os recursos financeiros estão alocados em três carteiras – (i) liquidez, (ii) operacional e (iii) capital - de acordo com a sua natureza e objetivos. Todas as três carteiras possuem: • *Benchmarks* definidos individualmente; • Revisão e rebalanceamento individual periódico; • Diferentes prioridades de alocação; • Políticas de investimentos individuais; e • Limites de risco individual. As carteiras são definidas de seguinte forma: (a) **Carteira de Liquidez:** O objetivo da carteira de liquidez é estabelecer uma reserva a fim de garantir o pagamento de 85% das despesas operacionais por um período de 15 dias no caso de algum evento ocorrido, em que seus recursos estejam comprometidos (como por exemplo, uma greve dos bancos). Desta forma, todos os investimentos alocados na carteira devem ser destinados para atender as necessidades de caixa de curto prazo, mitigando desta forma o risco de liquidez. (b) **Carteira Operacional:** O objetivo da carteira operacional é alocar os investimentos financeiros mobiliários vinculados à ANS, destinados a proteção dos passivos operacionais. Os investimentos destinados a carteira operacional são alocados não só visando maximizar a rentabilidade dos ativos, mas também mitigar os riscos de descalçamento entre os ativos e passivos da Companhia. Desta forma, não se espera necessariamente o maior retorno possível para esta carteira de investimentos, mas sim um balanceamento entre risco, retorno, casamentos de fluxos de caixa entre ativos e passivos e a obtenção de investimentos eficientes, levando em consideração os compromissos assumidos. (c) **Carteira de Capital:** A carteira de capital tem como objetivo alocar os investimentos financeiros remanescentes não alocados nas carteiras de liquidez ou operacional. Idealmente, a carteira de capital deve ser utilizada para investir os recursos livres, buscando maximizar a rentabilidade dos ativos para um determinado nível de risco selecionado. (d) **Acompanhamento do ALM e Risco de Mercado:** Mensalmente, são emitidos relatórios gerenciais contendo informações sobre as alocações nas carteiras de investimentos. Estes relatórios permitem a área financeira e de gestão de riscos um acompanhamento periódico dos investimentos. Além disso, em reunião mensal, os gestores dos investimentos discutem os tópicos relevantes sobre os resultados de investimentos do mês, cenários econômicos internacionais e nacionais, além dos pontos julgados relevantes na data, no que diz respeito aos riscos de mercado envolvidos nas operações de investimentos. Periodicamente, o ALCO se reúne com o objetivo de corroborar ou modificar as alocações definidas nos Mandatos de Investimentos. São apresentadas as comitês, análises sobre os passivos e os ativos, levando em consideração os riscos de mercado envolvidos no processo. (4.4.2.2) **Risco da Taxa de Juros:** A metodologia para o gerenciamento do risco de mercado baseia-se no cálculo do VaR Paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de *stress* para verificar a perda esperada em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios diários com informações sobre o VaR, além de análises mensais sobre os investimentos. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM realizado pela Companhia, está demonstrada a seguir a distribuição dos seus investimentos por indexador em 31.12.2011 e 2010.



(4.4.2.3) **Risco de Renda Variável:** A Companhia não detém qualquer participação em renda variável na carteira de ativos que garante a cobertura das provisões técnicas. Em 31.12.2011, a posição de renda variável que está alocada na carteira de capital é de R\$31,9 milhões (em 2010 não havia alocação em renda variável), com Mandato de Investimento próprio. (4.4.2.4) **Risco de Liquidez:** A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. Além das análises de ALM, são elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar este risco. Adicionalmente, conforme mencionado na nota (4.4.2.1), é mantida uma "Carteira de Liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de *stress*. Estes investimentos são destinados para atender as necessidades de caixa de curto prazo. (4.4.2.5) **Risco da Inflação:** Os estudos de ALM realizados pelo ALCO identificaram que parte dos passivos não judiciais dos negócios de seguros são indexados à inflação, além das causas judiciais, que por determinação legal estão sujeitos a correção monetária por índices de inflação. Desta forma, para fazer frente ao risco dos passivos, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários. Em 31.12.2011, a Companhia registrou aproximadamente R\$310 milhões (R\$359 milhões em 2010) de ativos indexados à inflação. Vale ressaltar que apesar dos produtos comercializados serem de curto prazo, as responsabilidades originadas desses contratos nem sempre são de curto prazo, principalmente aquelas relacionadas a causas judiciais. Em função disso, os investimentos a estes passivos são alocados em diversos vencimentos. (4.4.2.6) **Instrumentos Financeiros Derivativos:** As políticas de investimento em vigor permitem a alocação de recursos na contratação de operações com derivativos, desde que pré-definidas e aprovadas pela Administração da Companhia. A utilização de instrumentos financeiros derivativos na Companhia obedece a normas específicas sobre o tema que dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos. Os instrumentos financeiros derivativos - *swaps* e contratos futuros (que podem ser mantidos também através de fundos de investimento exclusivos) são utilizados para administrar a exposição em relação às variações cambiais e à flutuação das taxas de juros. (4.4.3) **RISCO DE SUBSCRIÇÃO:** Oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes nas premissas atuariais e financeiras ou na constituição das provisões técnicas. O risco de subscrição pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição dos produtos, risco no valor do sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões. (4.4.3.1) **Uso de Modelos Internos:** A Companhia dispõe de modelos internos atuariais que possuem o objetivo de apurar o Capital Econômico devido aos riscos de subscrição. Estes modelos apuram o valor em risco para cada ramo de negócio e permite uma gestão mais eficaz do risco, já que possibilita quantificar ganhos e perdas na adoção de novos planos de ações para o controle e mitigação dos riscos de subscrição, dando desta forma suporte a tomada de decisão. Os modelos internos produzem resultados estocásticos para avaliar o risco de subscrição e são estruturados de forma a mensurar tanto o risco de precificação quanto o risco de desvio na constituição das provisões técnicas. (4.4.3.2) **Risco de Subscrição, Precificação, Definição dos Produtos, Retenção Líquida e Risco Moral:**

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Companhia PARP periodicamente Procedimentos de Análise e Revisão de Produtos (PARP) com o objetivo de rever os seguintes aspectos sobre os produtos comercializados: • Definições do produto: análise do escopo do produto e das garantias oferecidas aos segurados bem como o público-alvo das vendas; • Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes. Análise de possíveis impactos em outros produtos existentes na Companhia; • Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado; • Precificação (*pricing*): estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas dos acionistas. Para isso, projeta-se o fluxo de caixa das apólices, simulando todo o fluxo financeiro. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa definida para o produto e as fontes geradoras de lucros e perdas; • Outros: o PARP aborda ainda análises sobre os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro. Após a análise de todos os pontos descritos acima, são definidos (se necessário) planos de ações para adequação do produto às expectativas da Companhia. O PARP também se aplica quando do lançamento de novos produtos ou realizações de parcerias. Periodicamente, o acompanhamento do desempenho dos produtos e parcerias é apresentado ao comitê de riscos. Caso necessário, são adotados planos de ações para adequação dos produtos e parcerias aos objetivos da Companhia. **(4.4.3.3) Análise de Sensibilidade em Saúde:** A Companhia está sujeita a um impacto antes de impostos no resultado, caso haja uma variação na sinistralidade, despesas administrativas ou despesas de comercialização:

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	R\$ Milhões Total
Reserva de sinistros contabilizada	228,62	268,56	322,66	360,58	444,50	523,72	687,91	2.836,55
Efeito do desconto financeiro	(3,52)	(3,68)	(4,55)	(5,41)	(4,36)	(7,86)	(10,19)	(39,57)
Reserva de sinistros sem desconto financeiro	232,14	272,24	327,21	365,99	448,86	531,58	698,10	2.876,12
Estimativa de sinistros acumulada:								
No final do ano.....	232,14	272,24	327,21	365,99	448,86	531,58	698,10	
Um ano depois.....	244,49	274,46	315,68	380,75	468,57	560,33		
Dois anos depois.....	247,63	274,49	316,96	379,23	474,36			
Três anos depois.....	248,68	274,64	316,78	383,42				
Quatro anos depois.....	248,70	274,71	319,97					
Cinco anos depois.....	248,74	276,08						
Seis anos depois.....	248,78							
Estimativa de sinistros acumulada até 2011	248,78	276,08	319,97	383,42	474,36	560,33	698,10	2.961,04
Pagamentos acumulados até 2011	248,78	276,08	319,97	383,42	472,55	547,17	—	2.247,97
Responsabilidade reconhecida em 2011	—	—	—	—	1,80	11,37	684,93	698,10
Desconto financeiro reconhecido em 2011	—	—	—	—	(0,04)	(0,46)	(9,69)	(10,19)
Impacto de anos anteriores na reserva de 2011	—	—	—	—	—	—	—	1,84%

Esta tabela não considera os sinistros judiciais e também não leva em conta a parte de retrocessos.

(4.4.3.5) Contratos de Resseguro: O risco de subscrição pode ser mitiga- do via contratos com resseguradores. Em 31.12.2011, a Companhia assinou contrato de resseguro visando otimizar a capacidade de retenção dos riscos e resultados operacionais, bem como mitigar possíveis perdas caso este contrato não existisse. As decisões sobre a contratação do resseguro e a manutenção e revisão do contrato é sempre aprovada pelo CoR. A cobertura de resseguro contratada, vigente em 2011 é por excesso de danos. **(4.4.4) RISCO OPERACIONAL:** O risco operacional pode ser definido como o risco de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou de eventos externos. Mais especificamente, pode ser entendido como: • **Risco de Fraudes Internas:** Comportamento fraudulento e/ou criminoso com intenção de obter ganhos pessoais e/ou subtrair a propriedade alheia em benefícios próprios ou da SulAmérica; • **Fraudes Externas:** Pessoas que não são funcionários exercerem atividades irregulares em benefício próprio; • **Relações Trabalhistas:** Decisões Judiciais por práticas incompatíveis com leis e/ou acordos trabalhistas, nocivas à saúde e/ou segurança dos funcionários ou por discriminação e/ou diferenciação no tratamento; • **Falhas de Sistemas:** Impossibilidade de obter informações devido à falha de comunicação, perda da capacidade de processamento ou dificuldade na operação dos sistemas; • **Execução e Gestão de Processos:** Disponibilidade, registro de informações inválidas, incompletas ou de maneira intempestiva a entidades externas, órgãos reguladores, acionistas e investidores; • **Práticas Comerciais Inadequadas:** Falta de cumprimento de padrões éticos e comportamentais estabelecidos e práticas inadequadas do pessoal de vendas. Orientação e/ou consultoria inadequada a clientes que leve a falsas expectativas com relação aos produtos e serviços prestados; • **Danos a Ativos:** Desastres naturais e outros eventos que ocasionam perdas físicas a ativos; • **Interrupção das Atividades:** Impossibilidade de sustentar as operações, prover serviços essenciais ou recuperar custos operacionais decorrentes de desastres controláveis ou não. **(4.4.4.1) Fraudes:** As fraudes são riscos operacionais inerentes ao negócio. A SulAmérica conta com canais específicos de comunicação e uma área totalmente dedicada à prevenção das fraudes e desenvolvimento de políticas de prevenção a fraudes, além de treinamentos contínuos para os seus funcionários. **(4.4.4.2) Gestão dos Riscos Operacionais:** Todos os processos estão mapeados em um sistema de dados (*NullRisks*) com todo o fluxo de atividades contidas, bem como cada risco identificado e os controles envolvidos em cada etapa. Cada risco e controle traz informações qualitativas e quantitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com níveis de risco e ainda a identificação de possíveis planos de ação para mitigação de possíveis perdas operacionais. O plano de continuidade de negócios é tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prever o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica e seus segurados. Atualmente, a SulAmérica está trabalhando em um novo projeto para a gestão dos riscos operacionais a fim de obter a excelência na gestão deste tipo de risco. O novo projeto conta com novas definições e visões do negócio e tem por objetivo alinhar nossas práticas com as melhores práticas internacionais, como segue: • **Abertura do Dicionário de Riscos Operacionais:** Composto por 8 categorias de riscos. Estas categorias foram consideradas como riscos primários e foram criadas novas classes de risco (riscos secundários e riscos terciários), totalizando 180 classificações. As classificações tem o objetivo de alinhamento ao que é determinado internacionalmente como melhores práticas internacionais (de acordo com COSO e Basileia). A abertura do dicionário de riscos operacionais tem o objetivo de proporcionar uma melhor identificação dos riscos na operação, com consequente melhoria na gestão; • **Agrupamento dos Processos em Macro Processos:** Os processos hoje cadastrados no sistema *NullRisks* foram enquadrados em macro processos definidos como essenciais. Este formato tem o objetivo de proporcionar análises globais por unidades de negócios tornando mais eficiente, desta forma, a gestão dos riscos operacionais entre os negócios da SulAmérica; • **Desenvolvimento de um Novo Software:** Foi desenvolvido um novo *software* customizado para os negócios da SulAmérica para tratamento dos riscos operacionais. Este novo sistema será integrado com o mapeamento dos macro processos e permitirá análises qualitativas e quantitativas, incluindo cálculos estocásticos; • **Construção de uma Base de Perdas:** O novo sistema tem o objetivo de proporcionar integração com diversas áreas para o registro de perdas operacionais. Estes registros permitirão obter informações observadas (e não subjetivas) sobre as perdas que de fato ocorreram para cada macro processo e qual a causa do risco, possibilitando desta forma a criação de planos de ações efetivos e direcionados para a solução dos problemas. Adicionalmente, a base de perdas aliada às informações dos macro processos, tem o objetivo de proporcionar no futuro o cálculo do capital necessário (VaR) para suportar perdas operacionais. **(4.4.5) RISCO ESTRATÉGICO:** É o risco de perdas resultantes de processos ou tomada de decisões que impactem a sustentabilidade, o crescimento ou a obtenção de vantagem competitiva. Pode ser entendido também como: • **Risco de Planejamento:** Elaboração do planejamento estratégico e/ou orçamento com base em premissas e/ou medidas de desempenhos inadequados à realidade da SulAmérica; • **Recursos Humanos:** Procedimentos executados por pessoas sem habilidade, treinamento ou experiência suficientes para atingir os objetivos da instituição. Dependência de pessoas-chave; • **Indicadores de Metas:** Avaliação inadequada de desempenho; • **Custo de Oportunidade:** Redução do valor econômico de recursos financeiros devido à perda de valor do dinheiro no tempo, descasamento do fluxo de caixa ou retorno de investimento insuficiente em relação a outras alternativas que ofereçam o mesmo grau de risco; • **Concorrência:** Ação de concorrentes afetando adversamente o posicionamento da SulAmérica no mercado; • **Prego:** Incompatibilidade dos preços definidos nas transações de compra e/ou venda com os praticados pelo mercado; • **Comunicação:** Falta de transparência, exatidão e clareza das informações relativas às operações da SulAmérica. **(4.4.5.1) Gestão do Risco Estratégico:** A SulAmérica possui um Comitê de Avaliação de Planos de Ação (COPA), com participação de sua Alta Administração, com reuniões mensais para avaliar e aprovar todo e qualquer plano de ação proposto, por qualquer unidade de negócio, que implique em investimentos ou despesas adicionais às orçadas previamente. Estes investimentos e despesas devem ser aprovados de acordo com o orçamento aprovado para o ano. O COPA também possui como atribuições: • Garantir que o orçamento para o plano de ação seja cumprido; • Priorizar os planos de ação, quando o orçamento for insuficiente para a execução de todas as propostas; • Garantir que os planos de ação sejam avaliados e aprovados de acordo com critérios objetivos e previamente estabelecidos; • Garantir que os planos de ação estejam de acordo com os objetivos da Companhia; • Avaliar os resultados dos planos de ação aprovados, determinando a sua interrupção caso os resultados alcançados estejam em desacordo com as projeções. O custo de capital utilizado nos projetos segue a metodologia de cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) e os valores das premissas são revisados anualmente, no processo de construção do plano de orçamento plurianual ou mais frequentemente caso o comitê corporativo julgue necessário. Adicionalmente, para assegurar que os objetivos determinados no planejamento estratégico sejam alcançados, foi adotado pela SulAmérica um modelo de gestão - o *Balanced ScoreCard* (BSC) - que traduz a estratégia utilizando perspectivas, objetivos, indicadores e metas. Este modelo visa acompanhar no curto prazo o direcionamento do negócio no longo prazo, permitindo assim antecipar possíveis distorções de rumo. Além disso, o BSC procura tornar a comunicação da estratégia mais clara para toda a organização, a partir do momento que todos os colaboradores saibam quais as metas a serem conquistadas. Anualmente, a SulAmérica estabelece o Plano de Orçamento Plurianual (POP) com o orçamento para a Saúde Grupal para os próximos 3 anos. O POP permite uma comunicação clara entre as metas definidas pelos acionistas e a Alta Administração, alinhando desta forma o apetite de risco da empresa. O orçamento é acompanhado periodicamente durante o ano e as estratégias mantidas ou redefinidas de acordo com os acontecimentos. **(4.4.6) RISCO LEGAL E COMPLIANCE:** É o risco de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. De forma mais específica, pode ser identificado como: (i) Risco com órgãos reguladores, (ii) Risco de atividades em desacordo com políticas internas, (iii) Risco de lavagem de dinheiro, (iv) Risco de reputação e (v) Risco de contratos. **(4.4.6.1) Gestão do Risco Legal:** Presente

Bruto de Resseguro **Líquido de Resseguro**

Aumento de 1% na sinistralidade..... (38.326) (37.271)

Aumento de 1% nas despesas administrativas... (2.647) (2.647)

Aumento de 1% nos custos de comercialização... (3.390) (3.390)

(4.4.3.4) Risco na Provisão: Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões nas operações de seguros são, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional, adaptadas para refletirem a realidade da Companhia. Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação do risco da provisão, a Companhia possui os seguintes procedimentos: • **Testes de Consistência das Metodologias de Constituição das Provisões e Reservas Matemáticas:** Neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias e premissas utilizadas para a constituição das provisões técnicas e reservas matemáticas. Este procedimento é realizado no mínimo anualmente; • **Recálculo das Provisões Técnicas:** Periodicamente são realizados recálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados. Estes cálculos são feitos no mínimo anualmente; • **Acompanhamento Mensal da Variação das Provisões Técnicas:** Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões e reservas técnicas para acompanhamento da sua adequação; • **Controle Estatístico de Qualidade:** Mensalmente são utilizados modelos de séries temporais a fim de capturar modificação nos padrões das principais variáveis contidas nas metodologias de cálculo das provisões técnicas. Os procedimentos acima descritos são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo, nas premissas e na tomada de decisão. Estes pontos favorecem a evolução da adequação das provisões técnicas. A seguir, a tabela que reflete a aplicação das provisões de sinistros nos últimos exercícios:

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	R\$ Milhões Total
Reserva de sinistros contabilizada	228,62	268,56	322,66	360,58	444,50	523,72	687,91	2.836,55
Efeito do desconto financeiro	(3,52)	(3,68)	(4,55)	(5,41)	(4,36)	(7,86)	(10,19)	(39,57)
Reserva de sinistros sem desconto financeiro	232,14	272,24	327,21	365,99	448,86	531,58	698,10	2.876,12
Estimativa de sinistros acumulada:								
No final do ano.....	232,14	272,24	327,21	365,99	448,86	531,58	698,10	
Um ano depois.....	244,49	274,46	315,68	380,75	468,57	560,33		
Dois anos depois.....	247,63	274,49	316,96	379,23	474,36			
Três anos depois.....	248,68	274,64	316,78	383,42				
Quatro anos depois.....	248,70	274,71	319,97					
Cinco anos depois.....	248,74	276,08						
Seis anos depois.....	248,78							
Estimativa de sinistros acumulada até 2011	248,78	276,08	319,97	383,42	474,36	560,33	698,10	2.961,04
Pagamentos acumulados até 2011	248,78	276,08	319,97	383,42	472,55	547,17	—	2.247,97
Responsabilidade reconhecida em 2011	—	—	—	—	1,80	11,37	684,93	698,10
Desconto financeiro reconhecido em 2011	—	—	—	—	(0,04)	(0,46)	(9,69)	(10,19)
Impacto de anos anteriores na reserva de 2011	—	—	—	—	—	—	—	1,84%

em cada unidade de negócio, e, neste caso específico, no Saúde Grupal e com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização junto com seus prestadores de serviço realiza a revisão nos contratos de subsídio a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica contribui ativamente com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais em nossas operações. **(4.4.6.2) Gestão do Risco de Compliance: (a) Auto-Avaliação de Controles Internos:** A SulAmérica instituiu uma estrutura de *compliance* e a figura dos gestores *compliance*, a fim de adequar as suas atividades às determinações da ANS, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação. Os gestores *compliance* têm por função disseminar a metodologia e as determinações de *compliance* em suas áreas, garantindo a efetividade do gerenciamento dos riscos, através de algumas etapas básicas que consistem no detalhamento das atividades chaves e seus processos, identificação de riscos e controles e criação

Descrição	Vencimento	Valor de Referência (nocial)		Valor Justo		Valor a receber/recebido		Valor a pagar/pago	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Contratos Futuros:									
Compromisso de Compra									
Taxa de Juros em Reais.....	2012/ 2013	20.000	40.600	19.538	38.612	498	1.324	638	1.500
(5.1.1) MARGENS DADAS EM GARANTIA: Em 31.12.2011 e 2010, as margens dadas em garantia de operações de contratos futuros são compostas da seguinte maneira:									
	Ativo								
LFT.....									
Total									
	Ativo								
LFT.....									
Total									

(6) APLICAÇÕES: (6.1) COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES:

Descrição	Valor Justo por Meio do Resultado		Disponível para Venda		Taxa Média de Juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil		
	—	—	228.942	234.698		2011
Titulos de Renda Fixa - Privados						
Certificados de Depósito Bancário						
Pós-fixado CDI.....	—	—	19.187	19.283	105,74%CDI	19.283
Pós-fixado IPCA.....	—	—	61.785	66.281	IPCA + 7,97%a.a	66.281
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC						
Pré-fixado.....	—	—	8.736	8.748	12,7%a.a	8.748
Pós-fixado CDI.....	—	—	47.145	47.203	110,67%CDI	47.203
Pós-fixado IPCA.....	—	—	43.153	44.003	IPCA + 7,73%a.a	44.003
Debêntures						
Pós-fixado CDI.....	—	—	18.398	18.619	109,49%CDI	18.619
Letras Financeiras.....	—	—	30.538	30.561	112%CDI	30.561
Titulos de Renda Fixa - Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro						
Notas do Tesouro Nacional						
Série B - Pós-fixado IPCA.....	—	—	195.053	200.010	IPCA + 6,06%a.a	200.010
Quotas de Fundos de Investimentos	399.809	401.397				401.397
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos.....	12.277	12.277	—	—	—	12.277
Quotas de fundos de investimentos exclusivos.....	355.589	357.177	—	—	—	357.177
Certificados de Depósito Bancário						
Pós-fixado CDI.....	6.866	6.889	—	—	105,09%CDI	6.889
Debêntures						
Pós-fixado CDI.....	293	297	—	—	103,3%CDI	297
Letras Financeiras do Tesouro						
Letras do Tesouro Nacional						
Pré-fixado DI.....	4.528	4.543	—	—	100%CDI	4.543
Bônus do Tesouro Nacional.....	3.550	5.092	—	—	—	5.092
Notas do Tesouro Nacional						
Série F - Pré-fixado DI.....	14.934	14.934	—	—	100%CDI	14.934
Operações Compromissadas.....	51.641	51.641	—	—	—	51.641
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos						
Outros.....	671	671	—	—	—	671
Outros.....	(49)	(49)	—	—	—	(49)
Quotas de fundos de investimentos em ações.....	31.943	31.943	—	—	—	31.943
TOTAL	399.809	401.397	850.894	861.645		1.263.042
%		32%		68%		100%
Circulante		401.397		861.645		1.263.042

Descrição	Valor Justo por Meio do Resultado		Disponível para Venda		Mantido até o Vencimento		Taxa Média de Juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor de mercado		
	—	—	174.202	176.623	—	—		2010
Titulos de Renda Fixa - Privados								
Certificados de Depósito Bancário								
Pós-fixado CDI.....	—	—	40.073	40.119	—	—	104,18%CDI	40.119
Pós-fixado IPCA.....	—	—	53.718	55.474	—	—	IPCA + 7,97%a.a	55.474
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC								
Pré-fixado.....	—	—	7.755	7.712	—	—	12,7%a.a	7.712
Pós-fixado CDI.....	—	—	15.229	15.223	—	—	108,21%CDI	15.2

A parcela dos títulos e valores mobiliários no ativo não circulante, que está registrada na rubrica "Aplicações" contempla somente Incentivos Fiscais e sua redução ao valor recuperável. O saldo de Incentivos Fiscais em 31.12.2011 e em 2010 é de R\$1.031. (6.2) MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES:

Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 01.01.2010..	253.030	399.295	652.325
Aplicações	1.791.923	414.923	2.206.846
Rendimento Resgate	(26.134)	(27.918)	(54.052)
Principal Resgate	(1.616.632)	(396.067)	(2.012.699)
Resultado Financeiro	30.635	45.235	75.870
Ajuste a Valor de Mercado	-	2.363	2.363
Saldo em 31.12.2010..	432.822	437.831	870.653

(6.3) APLICAÇÕES POR VENCIMENTO: O vencimento dos títulos e valores mobiliários em 31.12.2011 e em 2010, feita de acordo com os critérios de contabilização e avaliação é a seguinte:

	Até 02 anos ou sem vencimento	De 02 a 05 anos	De 05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de custo mais rendimentos	Valor de Mercado	Ganhos/(Perdas) não realizados
VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO							
Quotas de Fundos de Investimentos	319.660	80.149	-	-	399.809	401.397	1.588
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	12.277	-	-	-	12.277	12.277	-
Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos	275.440	80.149	-	-	355.589	357.177	1.588
Quotas de Fundos de Investimentos em Ações	31.943	-	-	-	31.943	31.943	-
Total em 31.12.2011	319.660	80.149	-	-	399.809	401.397	1.588
Total em 31.12.2010	242.768	188.620	-	-	431.388	432.822	1.435
DISPONÍVEL PARA VENDA							
Títulos de Renda Fixa - Privados	104.017	94.387	30.538	-	228.942	234.698	5.756
Certificados de Depósito Bancário	19.187	61.785	-	-	80.972	85.564	4.592
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC	69.038	29.996	-	-	99.034	99.954	920
Debêntures	15.792	2.606	-	-	18.398	18.619	221
Letras Financeiras	-	-	30.538	-	30.538	30.561	23
Títulos de Renda Fixa - Públicos	147.384	461.520	12.127	921	621.952	626.947	4.995
Letras Financeiras do Tesouro	115.335	311.564	-	-	426.899	426.937	38
Notas do Tesouro Nacional	32.049	149.956	12.127	921	195.053	200.010	4.957
Total em 31.12.2011	251.401	555.907	42.665	921	850.894	861.645	10.751
Total em 31.12.2010	213.745	221.463	-	-	435.208	437.831	2.622
MANTIDO ATÉ O VENCIMENTO							
Total em 31.12.2011	-	-	-	-	-	-	-
Total em 31.12.2010	174.992	-	-	-	174.992	177.196	2.203

(6.4) ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS APLICAÇÕES: As análises de sensibilidade das aplicações financeiras foram elaboradas considerando: (i) a metodologia de VaR Paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR Paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e *duration* nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados, e (ii) DV01 (*dollar-value* ou *value for one basis-point*), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa vinculando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de uma *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Nos quadros abaixo apresentamos o cálculo da perda esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e a perda com a oscilação de uma *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de Risco	VAR 95%	DV01= 0,01
IPCA	469	5
Taxa Referencial	1	-
Renda Variável	423	-
Total	893	5
Fatores de Risco	VAR 95%	DV01= 0,01
Pré-fixado	158	17
IPCA	259	39
Total	417	56

(6.5) CRITÉRIOS ADOTADOS NA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DE MERCADO: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos indexados como mantidos até o vencimento, são atualizados pelos classificadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. A Companhia possui uma metodologia de classificação para os ativos que possui os seguintes níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluindo o Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. Em 31.12.2011 e 2010, os ativos da Companhia estavam todos classificados no nível 2, de acordo com a natureza, conforme a seguir: **Nível 2: • Títulos de Renda Fixa - Públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; **• Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Letra Financeira:** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDBs com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: Calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDBs sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: São calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da BM&FBOVESPA, e para o *spread* de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDBs das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; **• Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE):** São títulos pós fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e do *spread* de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGEs das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; **• Debêntures:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado; **• Quotas de Fundos de Investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. Em 31.12.2011 e 2010 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia.

	2011	2010
	Nível 2	Nível 2
Ativos Financeiros		
Valor Justo por Meio do Resultado	401.397	432.822
Disponível para Venda	861.645	437.831
Total	1.263.042	870.653

(7) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE: (7.1) PRÊMIOS A RECEBER: (7.1.1) MOVIMENTAÇÃO DOS PRÊMIOS A RECEBER: Os prêmios a receber contemplam prêmios de emissão direta, mensurados ao custo amortizado. A Companhia, basicamente, fatura mensalmente os contratos de saúde.

	2011	2010
	Prêmios	Prêmios
Saldo em 01.01.2010	87.546	67.580
Prêmios Emitidos, Líquidos de cancelamento/Constituição ...	3.634.426	(21.783)
Recebimentos / Reversão	(3.644.459)	15.937
Saldo em 31.12.2010	77.513	(25.812)
Circulante	77.513	51.701

	2011	2010
	Prêmios	Prêmios
Saldo em 31.12.2010	77.513	(25.812)
Prêmios Emitidos, Líquidos de cancelamento/Constituição ...	4.553.518	(43.021)
Recebimentos / Reversão	(4.529.452)	12.592
Saldo em 31.12.2011	101.579	(56.241)
Circulante	101.579	45.338

(7.1.2) PRÊMIOS A RECEBER POR VENCIMENTO: Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

	2011	2010
Vencidos	70.609	63.165
A vencer entre 1 e 30 dias	29.572	13.753
A vencer entre 31 e 60 dias	196	24
A vencer entre 61 e 180 dias	987	571
A vencer entre 181 e 365 dias	215	-
Impairment (a)	(56.241)	(25.812)
Total	45.338	51.701

(a) A redução ao valor recuperável é constituída com base nos prêmios vendidos e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias. (7.2) OUTROS CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE:

	2011	2010
Participação dos Beneficiários em Sinistros Indenizados	3.079	1.936
Outros Créditos de Operações com Resseguradoras (a)	103.450	-
Total	106.529	1.936

(a) O saldo em 31.12.2011 decorre da assinatura de contrato de resseguro do ramo saúde grupal, com vigência desde março de 2011. (8) DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDA: (8.1) MOVIMENTAÇÃO DAS DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 31.12.2010..	432.822	437.831	174.992	1.045.645
Aplicações	2.571.703	1.079.040	-	3.650.743
Rendimento Resgate	(42.190)	(61.446)	(46.151)	(149.787)
Principal Resgate	(2.601.830)	(696.529)	(139.999)	(3.438.358)
Resultado Financeiro	40.885	94.622	11.158	146.665
Outros (Pagamentos)/Recebimentos	7	(1)	-	6
Ajuste a Valor de Mercado	-	8.128	-	8.128
Saldo em 31.12.2011	401.397	861.645	-	1.263.042

(8.2) MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES POR VENCIMENTO: O vencimento dos títulos e valores mobiliários em 31.12.2011 e em 2010, feita de acordo com os critérios de contabilização e avaliação é a seguinte:

	Até 02 anos ou sem vencimento	De 02 a 05 anos	De 05 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de custo mais rendimentos	Valor de Mercado	Ganhos/(Perdas) não realizados
Saldo em 01.01.2010	83.652	74.671	50.719	(4.119)	204.923	204.923	-
Despesa de Comercialização Diferida Gerada	74.671	-	-	-	74.671	74.671	-
Amortização	(4.119)	-	-	-	(4.119)	(4.119)	-
Saldo em 31.12.2010	103.409	74.671	50.719	(4.119)	204.923	204.923	-
Circulante	103.409	74.671	50.719	(4.119)	204.923	204.923	-
Saldo em 31.12.2011	103.409	116.054	61.411	(4.119)	280.755	280.755	-
Despesa de Comercialização Diferida Gerada	116.054	-	-	-	116.054	116.054	-
Amortização	(61.411)	-	-	-	(61.411)	(61.411)	-
Saldo em 31.12.2011	144.035	116.054	61.411	(4.119)	336.479	336.479	-
Circulante	144.035	116.054	61.411	(4.119)	336.479	336.479	-
Saldo em 31.12.2010	83.652	74.671	50.719	(4.119)	204.923	204.923	-
Circulante	83.652	74.671	50.719	(4.119)	204.923	204.923	-

(12) PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS:

Descrição	Sul América Serviços de Saúde S.A.	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	Brasilsaúde Companhia de Seguros	Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.	Total
Percentual de Participação no Capital Social	98,04%	78,48%	59,04%	19,38%	-
Quantidade de Ações Ordinárias Possuídas	2.445.325.819	4.302	2.733	5.743.173	-
Ativo	123.985	473.392	183.160	4.293.689	-
Passivo Circulante e Não Circulante	44.799	126.063	95.882	3.974.961	-
Capital Social	40.000	296.159	76.784	2.272.550	-
Patrimônio Líquido	79.186	347.329	87.278	318.728	-
Resultado Líquido do Exercício	8.197	14.128	14.436	(11.774)	-
Equivalência Patrimonial	8.036	11.088	8.614	(3.478)	24.260
Valor Contábil do Investimento	77.635	272.566	51.530	61.778	463.509
Saldos em 31.12.2011	272.566	51.530	61.778	61.778	463.509
Saldos em 31.12.2010	72.487	264.102	44.886	-	381.475

(a) Em 31.12.2011, a Equivalência Patrimonial de R\$24.260 (R\$32.781 em 2010), está registrada na rubrica "Resultado Patrimonial" que contempla tam-

em, outras receitas patrimoniais de R\$35 (despesa de R\$1.367 em 2010).

(13) PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE:

	2011	2010
PROVÁVEL		
Até 1 ano	1.363	5.106
1 a 3 anos	767	5.160
Mais de 3 anos	287	3.922
Total de Provável	2.417	14.088
POSSÍVEL		
Até 1 ano	697	2.361
1 a 3 anos	196	2.160
Mais de 3 anos	111	2.111
Total de Possível	944	6.632
REMOTA		
Até 1 ano	19	80
1 a 3 anos	13	25
Mais de 3 anos	33	1.040
Total de Remota	65	1.145
TOTAL	3.426	21.865

(14) GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS: As provisões técnicas possuem a seguinte cobertura:

	2011	2010
PROVÁVEL		
Até 1 ano	700	2.590
1 a 3 anos	534	3.162
Mais de 3 anos	85	2.765
Total de Provável	1.319	8.517
POSSÍVEL		
Até 1 ano	457	2.023
1 a 3 anos	187	1.504
Mais de 3 anos	42	1.391
Total de Possível	686	4.918
REMOTA		
Até 1 ano	9	3
1 a 3 anos	18	108
Mais de 3 anos	14	654
Total de Remota	41	765
TOTAL	2.046	14.200

(15) OPERAÇÕES DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE: (15.1) CONTRAPRESTAÇÃO DE CO-RESPONSABILIDADE TRANSFERIDA:

	2011	2010
Provisões Técnicas de Seguros	709.873	543.835
Montante a ser Garantido	709.873	543.835
Ativos dados em Garantia:		
Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos	-	47.427
Títulos de Renda Fixa - Públicos	536.112	391.038
Títulos de Renda Fixa - Privados	234.698	

Companhia Nacional de Seguros, denominada "SALIC" e Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A, denominada "SULASEG", renovaram o contrato de locação do imóvel em São Paulo, com vigência a partir de 04.12.2011, pelo prazo de 60 meses. Durante esse prazo, as empresas se comprometem a pagar mensalmente a quantia de R\$ 1.555, reajustada anualmente pela variação percentual acumulada do IGP-M, cabendo à Companhia um percentual de 30% sobre este montante. **(18) DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS, OUTRAS AÇÕES JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES JUDICIAIS:** Em 31.12.2011 e 2010, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Valores e Bens" no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judiciais fiscais e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões" no passivo circulante e não circulante, e as obrigações fiscais registradas na rubrica "Tributos e Contribuições a Recolher" no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:

	Depósitos Judiciais e Fiscais	Outras Ações Judiciais	Obrigações Fiscais
Fiscais:			
COFINS.....	150.508		137.158
PIS.....	14.420		10.778
Contribuição Social.....	63.630	7.259	58.639
Imposto de renda.....	35.979	5	36.144
ISS.....	—	—	—
Outros.....	4.148	15.132	2.612
Previdenciárias:			
INSS.....	89.303	1.080	387
Trabalhistas e cíveis:			
Ações trabalhistas.....	3.691	3.104	—
Ações cíveis.....	8.576	42.329	—
Total	370.255	68.909	245.718
Circulante	—	9.468	—
Não circulante	370.255	59.441	245.718

	Depósitos Judiciais e Fiscais	Outras Ações Judiciais	Obrigações Fiscais
Fiscais:			
COFINS.....	128.589	—	138.426
PIS.....	13.463	—	13.566
Contribuição Social.....	31.466	4.641	33.051
Imposto de renda.....	25.664	—	25.561
Outros.....	4.733	14.120	4.788
Previdenciárias:			
INSS.....	69.789	11.578	380
Trabalhistas e cíveis:			
Ações trabalhistas.....	2.354	4.471	—
Ações cíveis.....	7.740	21.969	—
Total	283.798	56.779	215.772
Circulante	—	5.034	—
Não circulante	283.798	51.745	215.772

(18.1) AÇÕES JUDICIAIS DE NATUREZA CÍVEL, TRABALHISTA FISCAL E PREVIDENCIÁRIAS: A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

	Quantidades	Valor em Risco	Outras ações judiciais
I – Cíveis			
Provável.....	2.440	43.620	30.739
Possível.....	948	25.756	10.971
Remota.....	67	4.343	619
Total	3.455	73.719	42.329
II - Trabalhistas			
Provável.....	21	4.427	1.931
Possível.....	17	1.605	610
Remota.....	50	82.233	563
Total	88	88.265	3.104

	Quantidades	Valor em Risco	Outras ações judiciais e obrigações fiscais
III - Fiscais e Previdenciárias			
Provável.....	51	187.142	187.142
Possível.....	67	80.606	80.606
Remota.....	62	194.261	1.446
Total	180	480.932	269.194

	Quantidades	Valor em Risco	Outras ações judiciais
I – Cíveis			
Provável.....	1.297	21.499	15.223
Possível.....	674	17.726	6.573
Remota.....	38	1.177	173
Total	2.009	40.402	21.969
II - Trabalhistas			
Provável.....	20	9.205	4.013
Possível.....	52	1.103	449
Remota.....	22	75.655	9
Total	94	85.963	4.471

	Quantidades	Valor em Risco	Outras ações judiciais e obrigações fiscais
III - Fiscais e Previdenciárias			
Provável.....	49	168.479	168.479
Possível.....	55	62.625	51.712
Remota.....	50	98.659	25.920
Total	154	329.663	246.111

As ações judiciais classificadas como "possíveis" ou "remotas" são calculadas com base na história comportamental de ações desta natureza na carteira da Companhia. **(18.2) MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS RELEVANTES:**

	Saldos em 01.01.2010	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/Baixas	Saldos em 31.12.2010
Cíveis:	7.637	17.139	2.647	(5.454)	21.969
Fiscais:					
PIS.....	12.764	—	802	—	13.566
COFINS.....	120.028	9.838	8.560	—	138.426
CSLL.....	15.358	20.682	1.689	(37)	37.692
Imposto de renda.....	18.754	5.397	1.480	(70)	25.561
Demais.....	20.702	4.549	73	(6.416)	18.908
Previdenciárias:					
INSS.....	9.454	2.107	397	—	11.958
Total	211.969	59.676	14.963	(14.838)	246.329

	Saldos em 31.12.2010	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/Baixas	Saldos em 31.12.2011
Cíveis:	21.969	29.302	5.896	(14.838)	42.329
Fiscais:					
PIS.....	13.566	—	965	(3.753)	10.778
COFINS.....	138.426	11.973	11.180	(24.421)	137.158
CSLL.....	37.692	23.845	4.361	—	65.898
Imposto de renda.....	25.561	8.019	2.569	—	36.149
Demais.....	18.908	6.026	1.197	(8.387)	17.744
Previdenciárias:					
INSS.....	11.958	1.668	531	(12.690)	1.467

(18.3) AÇÕES FISCAIS: As principais ações fiscais da Companhia em 31.12.2011 e 2010, são: **(a) COFINS** – A Companhia questiona judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998 que instituiu o recolhimento dessa contribuição, e da Lei nº 10.684/2003, que majorou a alíquota da COFINS para 4%, obtendo liminar, com depósito judicial. A partir de dezembro de 2006, a Companhia passou a recolher a COFINS à alíquota de 3% sobre a receita de sua atividade, depositando o adicional de 1%, baseada na decisão parcialmente favorável proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à sua controladora indireta SALIC. No que tange a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, a Companhia vinha provisionando integralmente os valores questionados e, com base nas provisões suscitadas no depósito judicial a partir de julho de 2007. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009 que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou a partir da competência junho de 2009, a não mais depositar e provisionar somente sobre outras receitas. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda referente ao PIS devido com base na receita das atividades de seguros e remota a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas). **(c) INSS** – A Companhia vem questionando e depositando judicialmente, a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e regulamentada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os segurados de corretagem de seguro, não são prestados às seguradoras, mas ao servido, estando dessa forma fora do campo de incidência da contribuição prevista no inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados encontram-se com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. **(d) CSLL** – Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse

sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados, tendo impetrado Mandado de Segurança. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda na demanda. As demandas judiciais referentes às ações cíveis anteriormente expostas vem sendo provisionadas de acordo com a expectativa de perda da Administração. **(18.4) CONTINGÊNCIAS:** A principal contingência da Companhia em 31.12.2011 e 2010, é: **(a) INSS** – A Companhia vem questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços médicos, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurador, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. A Companhia aguarda o julgamento do Recurso de Apelação. Os advogados que patrocinam a causa reputam como remota a perda da demanda. **(18.5) AÇÕES FISCAIS ORIUNDAS DA INCORPORAÇÃO DA SUL AMÉRICA SERVIÇOS MÉDICOS S.A.:** Em função da cisão total seguida de incorporação de parcela remanescente da Sul América Serviços Médicos S.A., a Companhia sucedeu a sociedade extinta nas seguintes causas: **(a) IMPOSTO DE RENDA** – A partir de 01.01.1997, com a publicação da Lei nº 9.316/1996, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível em sua própria base de cálculo e na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da mencionada alteração, a extinta Sul América Serviços Médicos S.A., vinha questionando judicialmente a legalidade desta Lei e, deduzindo a contribuição social da base de cálculo do imposto de renda, amparada por liminar com depósito judicial. Os valores questionados sucedidos pela Companhia estão contabilizados integralmente. Os advogados que patrocinam a causa, reputam como provável a perda da demanda. As demandas judiciais relativas à IRPJ vêm sendo provisionadas de acordo com a expectativa de perda da Administração. **(b) ISS** – Em função da cisão total seguida de incorporação de parcela remanescente da Sul América Serviços Médicos S.A., a Companhia sucedeu a sociedade extinta na ação ordinária anulatória de débito fiscal contra o município de Recife, com pedido de depósito judicial, por discordar do autuação, que descaracterizou o seu estabelecimento (escritório de contato) que servia de relacionamento com seus usuários de plano de assistência médica, tipificando-a como prestadora de serviços de plano de saúde, baseado na Lei Municipal nº 15.029/1987. Os valores questionados estão provisionados integralmente. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. O município do Rio de Janeiro ajuizou execução fiscal contra a Companhia, não reconhecendo seu estabelecimento como escritório de contato e tipificando-a como prestadora de serviços, estando o processo aguardando o término da diligência. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda. Os valores questionados estão provisionados de acordo com a expectativa de perda da Administração. **(19) REFINANCIAMENTO FISCAL** – REFIS: A Companhia aderiu ao Refinanciamento Fiscal - REFIS, e parcelou valores devidos relativos à IRPJ, CSLL, INSS, os quais se encontram em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial. O montante das obrigações incluídas no REFIS foi de R\$6.689 (líquido da redução de multa de 50%). O parcelamento prevê o pagamento dos mencionados tributos e contribuições em até 180 parcelas iguais e mensais, conforme montante e prazos previstos na legislação vigente, com vencimento final até 30.06.2013, conforme o número de meses da opção, atualizadas com base na variação da TJLP. Em 31.12.2011, as obrigações estão contabilizadas na rubrica "Tributos e Contribuições a Recolher" no passivo circulante, no montante de R\$1.081 (R\$1.044 em 2010) e "Tributos e Contribuições a Recolher - Parcelamento", no passivo não circulante, no montante de R\$540 (R\$1.567 em 2010). **(20) PROVISÕES:**

	2011	2010
Provisões para Ações Judiciais (Nota 18).....	68.909	56.779
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.....	27.609	12.308
Provisão para Tributos Diferidos (Nota 11).....	16.381	6.864
Provisões Diversas.....	944	350
Total	113.843	76.301
Circulante	38.021	17.692
Não circulante	75.822	58.609

	2011	2010
(21) DÉBITOS DIVERSOS:		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar (Nota 22.6).....	52.947	47.221
Outras Obrigações com Pessoal.....	41.281	42.830
Depósitos de Beneficiários e de Terceiros (Nota 21.1).....	44.090	21.557
Honorários a Pagar.....	11.398	6.389
Outros Débitos a Pagar.....	23.687	9.178
Total	173.403	127.189
Circulante	161.811	120.275
Não circulante	11.592	6.886

(21.1) DEPOSITOS DE TERCEIROS: Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, aos prêmios recebidos cujas apólices ainda não foram emitidas e as parcelas ainda não baixadas de prêmios a receber. Sua distribuição por idade é apresentada da seguinte forma:

	2011	2010
Prêmio Direto		
1 a 30 dias.....	5.487	3.692
31 a 60 dias.....	591	2.118
61 a 120 dias.....	2.278	3.041
121 a 180 dias.....	653	1.538
181 a 365 dias.....	44	249
Acima de 365 dias.....	101	44
Subtotal	9.156	10.682
Recebimento Antecipado	34.936	10.875
Total	44.090	21.557

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (22.1) CAPITAL SOCIAL: O capital social da Companhia em 31.12.2011 é de R\$600.000 (R\$442.807 em 2010) e constitui-se de 14.466.477 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Em 31.03.2011, a Companhia aumentou seu capital social em R\$157.193, sem emissão de ações, mediante a capitalização da totalidade da Reserva Legal, da totalidade da Reserva de Incentivos Fiscais e de parte do saldo da Reserva Estatutária. De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. **(22.2) RESERVA DE CAPITAL:** Refere-se ao ágio apurado na aquisição, em 08.07.2010, de ações representativas de 49,92% no capital da BRASILSAUDE, quando passou a deter a totalidade do seu capital (nota 1.1). **(22.3) RESERVA LEGAL:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **(22.4) RESERVA ESTATUTÁRIA:** Constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para Reserva Legal e Dividendos, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, não podendo exceder o montante do capital social, e tem por finalidade (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iii) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. Uma vez atingido tal limite, conforme estabelecido no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, a Assembléia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalização ou para distribuição de dividendos aos acionistas. **(22.5) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:** A rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" considera, conforme legislação vigente, principalmente os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

	2011	2010
(22.6) DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO:		
Lucro Líquido do Exercício.....	222.935	201.350
Constituição da Reserva Legal (5%).....	(11.147)	(10.068)
Lucro Líquido Ajustado (Artigo 202 - Lei 6.404/1976 e 10.303/2001)	211.788	191.282
Dividendos Obrigatórios		
25% do Lucro Líquido Ajustado.....	52.947	47.821
Total dos dividendos obrigatórios	52.947	47.821
Total dos dividendos propostos	52.947	47.821
Destinação:		
Distribuição de Reserva Estatutária.....	158.841	143.461

A distribuição do resultado demonstrada no quadro acima foi refletida nas demonstrações financeiras, no pressuposto da sua aprovação pela Assembléia Geral dos Acionistas. **(23) DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO: (23.1) PRÊMIOS RETIDOS:**

	2011	2010
Prêmios emitidos.....	4.785.022	3.869.530
Prêmios cancelados e restituídos.....	(335.639)	(323.541)
Prêmios de resseguro cedido (a).....	(99.642)	—
Total	4.349.741	3.545.989

	2011	2010
(23.2) DESPESAS ADMINISTRATIVAS:		
Pessoal próprio (a) (b).....	(163.342)	(148.092)
Serviços de terceiros.....	(45.497)	(32.831)
Localização e funcionamento.....	(53.161)	(39.032)
Despesas com publicidade e propaganda.....	(32.647)	(27.520)
Despesas com tributos.....	25.375	(5.619)
Outras.....	(6.271)	(4.529)
Total	(276.543)	(257.623)

(a) No item Pessoal Próprio, estão incluídas as remunerações, benefícios e os encargos de administradores (vide nota 16.2). **(b)** Em 31.12.2011 e 2010, os encargos aos funcionários estão representados por:

	2011	2010
Vale alimentação, refeição e transporte.....	(15.878)	(14.918)
Seguro Saúde e Odontológico.....	(6.397)	(3.296)
Previdência privada.....	(1.547)	(1.338)
Treinamento.....	(1.089)	(2.573)
Outros.....	(1.940)	(1.475)
Total	(26.851)	(23.600)

	2011	2010
(23.4) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS:		
Despesas com pró-labore.....	(63.362)	(51.328)
Despesas com serviços técnicos.....	(6.672)	(5.231)
Despesas com operações de seguros.....	(4.814)	(6.270)
Constituição de provisão para contingências cíveis e outras operações de seguros.....	(8.590)	(18.777)
Constituição da provisão para perdas sobre créditos.....	(25.584)	(5.240)
Outros.....	(5.535)	(9.922)
Total	(124.557)	(92.767)

	2011	2010
(23.5) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO:		
Títulos e Valores Mobiliários	146.665	97.898
Valor Justo por Valor do Resultado.....	40.885	40.335
Disponível para Venda.....	94.622	25

Sul América Seguro Saúde S.A.

C.N.P.J. Nº 86.878.469/0001-43

SulAmérica

associada ao  ING

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Administradores da Sul América Seguro Saúde S.A. - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Sul América Seguro Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se

causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Seguro Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2012.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6-F-RJCarlos Eduardo Munhoz
Contador CRC-SP 138600/O-7 S-RJ